

[Responder a todos](#) | Excluir Lixo eletrônico | ...

[DPF-PR] PE 02/2021 - solicitação de esclarecimentos



ALEXSANDRO AGOSTINHO <ALEXSANDRO.AGOSTINHO@embratel.com.br>

Responder a todos |

Hoje, 10:23

PR/FIG - Comissão Permanente Licitações Foz Iguaçu

Caixa de Entrada

Impugnação DPF-FIG-P...
214 KB



1 anexos (214 KB) Baixar

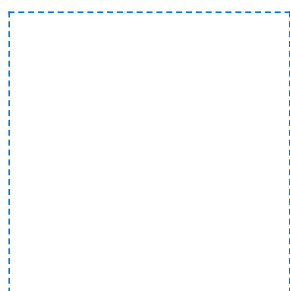
Prezado (a) Senhor (a) Pregoeiro (a),

A CLARO SA, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544 / 0001-47, com sede na Rua Henri Dunant, nº 780 - Torres A e B, Santo Amaro - São Paulo / SP - Brasil, CEP 04.709-110, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença desse ilustre Pregoeiro, apresentar, PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO conforme documento em anexo.

De forma intempestiva, peço que reavaliem essa exigência a fim de promover a competição com o maior número de empresas participantes da licitação agendada para sexta-feira dia 28/05/2021 as 10h.

Certo da compreensão!

Att.,



ALEXSANDRO AGOSTINHO
Gerente Executivo de Contas

Diretoria Executiva de **Governo**

T.: 55 61 2106-**8632** C.: 55 61 **9 9177-5526**

alexandro.agostinho@embratel.com.br

www.claro.com.br





ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU (DPF/FIG/PR)

Ref.: Pregão Eletrônico nº 02/2021

A **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Henri Dunant, nº 780 – Torres A e B, Santo Amaro – São Paulo/SP – Brasil, CEP 04.709-110, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença desse ilustre Pregoeiro, apresentar, **PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, com efeito de **Impugnação** na hipótese de seu indeferimento, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1 – DO PEDIDO DE EXCLUSÃO DE EXIGÊNCIAS

No item 9.11.6. do Edital, abaixo transcrito, encontramos a exigência de apresentação de cópia de contrato para comprovação de legitimidade de atestados. Ocorre que tal exigência não se alinha com os ditames legais e recentes entendimentos jurisprudenciais:

*“9.11.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, **cópia do contrato que deu suporte à contratação**, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.”*

Em observância ao artigo 30 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo 3º, sabemos que não há qualquer precedente que nos traga o entendimento de que a aptidão técnica das licitantes se dará por meio da vinculação das cópias de contratos anteriormente firmados, conforme exigido pelo Edital, por meio do que lemos: **“Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior”.**



Sendo assim, **por total falta de autorização legal**, podemos afirmar que esse órgão não deve condicionar a pontuação técnica dos licitantes à apresentação das cópias dos respectivos contratos de prestação de serviços.

Encontramos respaldo a respeito do até aqui alegado na Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme abaixo:

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público.

*Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, **não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.***

Tais exigências devem ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado. (Acórdão 1.942/2009, Plenário, rel. Min. André Luís de Carvalho). (grifo nosso)

Vale ressaltar, ademais, que a exigência aqui mencionada **é extremamente rechaçada pelo TCU**, conforme Acórdão 2024/2007 – PLENÁRIO, em que houve o reconhecimento de que a exigência de acompanhamento de cópia dos contratos aos atestados de capacidade técnica é indevida.

Em outro entendimento, Acórdão 1224/2015 – Plenário – TCU, num caso concreto, onde também foram exigidos outros documentos além dos atestados de capacidade técnica, observou a relatora que a empresa comprovando ter a capacidade mínima exigida pelo certame, através de atestado que forneça informações necessárias que fundamentem o



atendimento dos critérios técnicos exigidos pelo termo de referência, preenche os critérios legalmente exigidos.

Ainda, reforçou o fato de que **“a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica juntamente com as notas fiscais e/ou contratos prevista no edital do pregão eletrônico (...) não encontra amparo no art. 30 da Lei 8.666/1993 e na jurisprudência desta Corte”**. (Acórdão 1224/2015-Plenário, TC 003.763/2015-3, relatora Ministra Ana Arraes, 20.5.2015).

De acordo com Acórdão 597/2007-Plenário - TCU, encontramos outro precedente que nos traz o entendimento a respeito da ilegalidade da exigência de apresentação de documentos na fase de habilitação que restrinja o caráter competitivo dos certames licitatórios, conforme abaixo:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIAS DE DOCUMENTOS NA FASE DE HABILITAÇÃO RESTRITIVOS AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO PREGÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. 1. É ilegal a exigência de apresentação de documentos na fase de habilitação que restrinjam o caráter competitivo dos certames licitatórios. (...) 5. Verificada a inclusão de cláusulas restritivas ao caráter competitivo do procedimento licitatório, deve a entidade proceder às medidas necessárias com vistas à sua anulação, em prazo fixado por este Tribunal. (Acórdão 597/2007-Plenário - TCU)

Nesta esteira, merece destaque a Lei de Licitações, que em seu artigo 3º, § 1º, inciso I, prevê expressamente como intolerável a atuação contrária ao interesse público e à **competitividade**, proibindo peremptoriamente a adoção de condutas dissonantes com os desideratos da Lei.

*"Art. 3º - É **vedado** aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu***



***caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;"*

Sendo assim, solicitamos que esse i. órgão acate nosso pleito, uma vez que somente assim estar-se-á de fato estabelecendo critérios legítimos e legais para a qualificação técnica das empresas interessadas em participar do certame, não somente ampliando a competição como garantindo a isonomia entre as proponentes e a possibilidade de melhor contratação pela Administração Pública.

2 – DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Como resta demonstrado, a alteração do Edital é medida garantidora da legalidade da licitação, possibilitando essa DPF/FIG/PR selecionar a proposta mais vantajosa para os serviços contratados, por meio da correção das incoerências aqui apontadas.

Ante o exposto, a fim de garantir a aplicação dos princípios regentes da matéria, requer a alteração do Edital nos termos propostos acima.

Ainda, na hipótese do I. Pregoeiro não acolher as presentes razões, digno-se a recebê-las como impugnação aos termos do edital, **com efeito suspensivo**, de acordo com o disposto na legislação vigente.

Atenciosamente,


ADRIANA MARIA DORIA ROCHA
Advogada
OAB/DF – 12246

Brasília, 25 de maio de 2021.